



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS Rio de Janeiro - RJ - Brasil

MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL LIGADAS À TRANSFOBIA E A POSSIBILIDADE DE PRIVAÇÃO DE DIREITOS

Daniela de Freitas Soares (UERJ) - d.freitas_@hotmail.com
Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Taissa Mendonça de Jesus (PUC/Rio) - taissa.mj@hotmail.com
Mestranda do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Miriam Oliveira dos Santos Reis da Silva (UERJ) - miriamdossantos.14@gmail.com
Bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

MANIFESTAÇÕES DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL LIGADAS À TRANSFOBIA E A POSSIBILIDADE DE PRIVAÇÃO DE DIREITOS

Eixo 2: Gênero e Diversidade Sexual

Palavras-chave: Transfobia Institucional.
Identidade de Gênero. Transexualidade. Diversidade.
Direitos Humanos.
Keywords: Institutional Transphobia. Gender Identity.
Transsexuality. Diversity. Human rights.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo advém das experiências de Estágio Curricular no Processo Transexualizador¹ do Hospital Universitário Pedro Ernesto. É resultado dos relatos ao Serviço Social sobre situações de limitação a locais e serviços diversos, por conta de assumirem identidades de gênero divergentes aos padrões sociais impostos, somadas à violências oriundas de um contexto de discriminação e preconceito. Trata-se de pesquisa com abordagem exploratória de registros já existentes, com metodologia baseada principalmente na análise de conteúdo para a análise dos dados, e somadas a uma pesquisa bibliográfica. O estudo foi realizado com o objetivo de dimensionar como as construções sociais referentes ao gênero e sexualidade influenciam decisivamente na vivência das pessoas trans nas mais variadas instituições, e como isso pode impactar como violação de direitos humanos.

Durante as experiências de estágio curricular, acompanhando as entrevistas sociais às pessoas transexuais, me deparei com a forma que se viam privadas de acessar direitos básicos muitas vezes em razão de transfobia ocorridas em diversas instituições, pelo fato de tais espaços ou das pessoas que deles fazem parte, não aceitarem o gênero pelo qual se identificam estes usuários. Relatando suas experiências objetivas de vida, desde a convivência familiar, passando pela inserção na educação, até serviços médicos e tantos outros espaços de convivência com todos os cidadãos, as formas como são expostas a situações de discriminação e constrangimento, revela a dificuldade que é assumir o gênero com o qual se identificam, e, por conta disso, verem seus direitos serem violados.

¹“Um conjunto de estratégias de atenção à saúde implicadas no processo de transformação dos caracteres sexuais pelos quais passam [alguns] indivíduos transexuais em determinado momento de suas vidas [visando a] garantia do direito à saúde circunscritas à passagem para a vivência social no gênero em desacordo com o sexo de nascimento.” (SANTOS, 2017, p. 10 apud LIONÇO, 2009, p. 44)

A transfobia é uma forma específica do preconceito, e pode ser entendida como medo, aversão, falta de tolerância a quem se identifica ou expressa, em relação ao gênero, de forma diferente dos padrões socioculturais dominantes. A população T² é alvo de diversas manifestações de discriminação, cujas repercussões atingem variados âmbitos de suas vidas, e que podem ser manifestadas em diferentes formas e se materializarem em diferentes espaços. Para efeito desse trabalho, compreenderemos, portanto, a transfobia institucional como a expressão de transfobia em sua diversidade de espaços e características.

2. DESENVOLVIMENTO

Os dados oriundos de tal pesquisa têm como objeto a aproximação dessas manifestações de violência institucional ligadas à transfobia e a possibilidade de privação de direitos, tendo como base os registros dos atendimentos do Serviço Social do Processo Transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto, que é referência no estado do Rio de Janeiro para o Processo Transexualizador, sendo um dos nove centros credenciados pelo Ministério da Saúde.

No total foram analisados 15 relatórios de usuários diferentes (cujos nomes serão mantidos em sigilo), todos esses já foram atendidos pelo Serviço Social da equipe do Processo Transexualizador do Hospital Universitário Pedro Ernesto. A partir da leitura dessas fichas, foram separadas todas aquelas que haviam relatos de situações de algum tipo de violência, constrangimento, dificuldade, adoecimento, evasão e/ou limitação, por conta da identidade de gênero transexual. Após separar esses dados de forma quantitativa, a análise focou em perceber em quais instituições ocorriam tais tipos de situações, ou seja, de onde e de quem partiu as atitudes transfóbicas descritas. Essa etapa qualitativa da pesquisa, teve como intenção problematizar a forma com que as dificuldades que perpassam essas situações podem implicar na privação de direitos humanos básicos, alcançando assim, a reflexão proposta pela pesquisa.

3. RESULTADOS

Na diversidade de situações descritas pelos/as usuários/ase relatadas pelas profissionais, encontra-se com maior frequência relatos que apontam para instituições de ensino e mercado de trabalho, seguidos pelas instituições de saúde e pela família. Na ordem

²O termo “população T” foi usado, assim como o termo “trans”, para fazer referência tanto a transexuais, como a travestis, transgêneros e não binários; considerando-os como um grupo de pessoas que são vistas como desviantes ao binarismo. Esse agrupamento foi realizado com a intenção de facilitar a compreensão da leitura e das análises que se seguem na pesquisa.

quantitativa, as situações também envolvem representantes da Justiça, como juízes e promotores, que usaram de discursos e posicionamentos considerados transfóbicos para justificar a negação de solicitações em alguns pareceres. E ainda, o comércio, que também é apontado como local de ocorrência de situação enquadrada na pesquisa como proveniente de preconceito ou discriminação a pessoas transexuais.

Entre as situações de transfobia descritas pelas profissionais nos registros de atendimento social aos usuários, destacam-se de forma recorrentes: conflitos familiares, violência doméstica, constrangimento, desrespeito ao nome social, resistência ao atendimento ou prestação de serviços, impedimento de acessar banheiros, evasão das instituições de ensino, demissão e imposição de padrões estéticos como condição de permanência em diversos espaços. Tais situações foram identificadas nos espaços já citados acima, e expressam a forma como as situações de transfobia institucional podem resultar em privação de direitos básicos e fundamentais, considerando a importância dessas instituições dentro da sociedade.

4. CONCLUSÃO

O efeito da criação de normas e convenções moldadas nas relações sociais orientando os gêneros, resulta numa difícil inserção no que diz respeito à população T. O sexismo binário e heteronormativo provoca diferentes formas de transfobia.

Conforme foi exposto, é possível afirmar que as formas de violências sofridas e relatadas se configuram como violações de direitos, variando de gravidade dependendo das situações descritas. Os espaços de educação e trabalho, ainda que vistos com avanços positivos, continuam sendo os mais perversos para vivenciar a identidade transexual e travesti. A família, ainda que ganhando novas roupagens com o passar do tempo, continua sendo um ambiente de constante conflito e com rebatimentos sobre importantes questões para a vida de seus membros, sobretudo quanto a questões de cunho emocional e financeiro. A saúde, a justiça e o comércio, que deveriam ser serviços básicos na vida dessas pessoas ainda representam embates para acesso, quem muitas vezes parte de uma atitude individual e externa aos princípios dessas instituições. A violência – em todas as suas formas - é constante, e ainda que o Brasil seja o país recordista³ em assassinato a trans e travestis, segundo dados recentes, as formas sutis de violência continuam como as mais desafiadoras e enraizadas.

O nome social continua sendo visto como primordial desafio a ser superado, pois é a principal forma de aceitação da verdadeira identidade dessas pessoas, e lhes garante

³Ler mais em: <<https://ponte.org/especial-trans-uma-pessoa-trans-e-morta-a-cada-48-horas-no-brasil/>> Acessado em 16 abr. 2019

autonomia para os demais desdobramentos que acarretam da decisão de assumir tais identidades. Além de lutar pelo direito à vida, defendido como fundamental, também é necessário garantir condições dignas para se viver, e isso rebate em todos os direitos que são negados pelo impedimento de acessar os espaços aqui citados.

Tratando-se da transfobia em seu âmbito institucional, é importante destacar que essas manifestações não são algo abstrato, mas constituídas por pessoas/sujeitos que, como tais, possuem seus valores, suas crenças e opiniões.

Discutir a transfobia institucional deve envolver culturas institucionais, informação, além de treinamento profissional, e precisa ser encarada como um debate indispensável tendo em vista a garantia de direitos fundamentais dessas pessoas, como parte da população (SANTOS, 2017, p.27).

A problematização dessas questões é, sobretudo, uma estratégia de fortalecimento diante da falta de interferência do Estado no sentido de coibi-las.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SANTOS, Monaliza Argollo dos. **Discriminação institucional no atendimento às pessoas transexuais em uma unidade de atenção especializada no processo transexualizador: significados e desafios cotidianos a partir do olhar do serviço social.** 2017, 88 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Residência). Hospital Universitário Pedro Ernesto, Rio de Janeiro, 2017.